

EIXO TEMÁTICO 9 | QUESTÕES DE GÊNERO, RAÇA/ETNIA E SEXUALIDADES

HETEROPATRIARCADO-RACISTA-CAPITALISTA: condições de vida e trabalho das pessoas trans e travestis no Brasil contemporâneo

HETEROPATRIARCHY – RACIST – CAPITALIST: living and working conditions of trans and transvestite people in contemporary Brazil

Doniêgo Ferreira de Lima¹
Lucas Danilo Rodrigues²

RESUMO

O artigo tem como objetivo analisar, a partir da perspectiva da totalidade, o aspecto teórico-político do heteropatriarcado, do racismo e sua relação com o modo de produção capitalista nas particularidades do Brasil, refletindo também sobre os desafios que as pessoas transgênero enfrentam no tempo histórico presente, sobretudo, em relação as condições de inserção dessa população no mercado de trabalho.

Palavras-chave: Heteropatriarcado; transgeneridade; mercado de trabalho.

ABSTRACT

The article aims to analyze, from the perspective of the totality, the theoretical-political aspect of heteropatriarchy, racism and its relationship with the capitalist mode of production in the particularities of Brazil, also reflecting on the challenges that transgender people face over time. Present history, above all, in relation to the conditions of insertion of this population in the job market.

Keywords: Heteropatriarchy; transgenderity; job market.

¹ Doutorando em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), mestre em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). E-mail: doniegolima@hotmail.com

² Graduando em Serviço Social pela Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). E-mail: lucasdaniilorodrigues215@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A realidade contemporânea, no Brasil e no mundo, se estrutura de maneira complexa, profundamente marcada pelas transformações no mundo do trabalho, pela destruição sistemática dos direitos historicamente conquistados pela classe trabalhadora e pelo avanço do conservadorismo, que se consubstancia no fundamentalismo religioso e no moralismo para a negação da diversidade. Para alcançar o objetivo proposto, optamos

Nessa linha de raciocínio, o objetivo desse artigo é discutir a intrínseca relação entre o heteropatriarcado e o racismo, enquanto mecanismos de dominação e exploração, articulados, de maneira funcional, ao modo de produção capitalista. No caso do Brasil, consideramos que a divisão sociosexual e racial do trabalho são expressões concretas do conjunto de desigualdades que se estruturam a nossa sociedade, desde a sua formação sócio-histórica e econômica.

O aprofundamento das desigualdades passa diretamente pela consolidação dos papéis de gênero e pela perseguição aos que não se encaixam nos padrões socialmente impostos pelo heteropatriarcado. Nessa perspectiva, a comunidade LGBTQIA+ e, principalmente, as pessoas trans, se tornam alvos diretos dos processos discriminatórios, refletindo nas condições de permanência ao ambiente escolar e no acesso ao mercado de trabalho formal.

No campo teórico-metodológico, a presente análise se desenvolve vinculada a perspectiva da totalidade, inscrita no método de Marx, visando captar os “fios invisíveis” que constituem a realidade concreta do Brasil, especialmente acerca das questões de classe, raça/etnia e gênero. O estudo configura-se como uma importante contribuição na seara da produção do conhecimento e no fortalecimento teórico-político pelo reconhecimento da diversidade.

2 A DIMENSÃO TEÓRICO-POLÍTICA DO HETEROPATRIARCADO, DO RACISMO E SUA RELAÇÃO COM O CAPITALISMO PERIFÉRICO

O debate de gênero passa diretamente pelas questões de classe, raça/etnia, considerando seu entrecruzamento, bem como o seu caráter estrutural e estruturante das relações sociais nos moldes da sociedade capitalista. Os processos de dominação e exploração são mecanismos funcionais ao capitalismo periférico brasileiro, assegurando uma forma

específica de produção e reprodução da vida social e fomentando a naturalização das desigualdades sociais.

Com a emergência do capitalismo, houve a simbiose, a fusão, entre os três sistemas de dominação-exploração [...]. Só mesmo para tentar tornar mais fácil a compreensão deste fenômeno, podem-se separar estes três sistemas. Na realidade concreta, eles são inseparáveis, pois se transformaram, através deste processo simbiótico, em um único sistema de dominação-exploração, aqui denominado patriarcado-racismo-capitalismo (Saffioti, 1987, p. 60).

Nessa linha analítica, compreender a intrínseca relação entre patriarcado e racismo na constituição das bases ideológicas e materiais dessa sociedade é desvelar a fundamentação sócio-histórica das desigualdades de classe, étnico-raciais e de sexo. Esse é o fundamento para a divisão sociossexual e racial do trabalho, que se expressa justamente na relação desigual entre homens e mulheres e de mulheres brancas com mulheres negras. De acordo com Cisne e Santos (2018), marcada pelo sexo e pela raça, a cultura brasileira foi sendo tecida, naturalizando relações de desigualdades que foram estruturando a formação da sociedade de classes, favorecendo explorações econômicas e sexuais.

Assim, podemos destacar que as mulheres, historicamente, tiveram suas vidas pautadas na subserviência à figura masculina, evidenciando a existência do patriarcado como um sistema que imputa aos homens o poder. Logo, nas palavras de Delphy, (2009), o sistema patriarcal funciona como uma formação social, em que as tomadas de decisões e os rumos da sociedade se dão a partir dos homens, na perspectiva da dominação masculina em detrimento da opressão às mulheres.

Diante deste quadro, a justificativa para a existência da divisão sociossexual e racial do trabalho, notadamente, encontra-se na nossa formação social brasileira e se configura como uma verdadeira pilastra para a constituição da sociedade de classes, assentada na relação entre a classe que domina e a que é dominada. Nessa perspectiva, é importante enfatizar traços da particularidade da inserção do país na esfera da economia mundial, que culminou numa posição periférica em relação aos países de capitalismo central, vinculada a reiteradas formas de exploração da força de trabalho escravizada e da dominação dos corpos das mulheres.

Nosso país foi construído tendo na instituição da escravização de populações sequestradas do continente africano um de seus pilares mais importantes. Ou seja, o processo de colonização no Brasil baseou-se na exploração de mão de obra escravizada e focando-se na superexploração e extração de recursos naturais,

principalmente em seu primeiro ciclo. O eixo de sustentação da economia brasileira advinda do processo de escravização. Neste sentido, a primeira mercadoria do colonialismo, e seu posterior desenvolvimento capitalista no país, foi o corpo negro escravizado. Este foi um processo que não se fixou na esfera física da opressão, mas estruturou funcionamento e organização social e política do país. Sendo assim, as dinâmicas das relações sociais são totalmente atravessadas por esta hierarquização racial (Borges, 2019, p.50).

Desse modo, a economia brasileira é produto da violência contra homens e mulheres escravizados e escravizadas. Entretanto, é preciso considerar que, no caso de algumas mulheres, o que ocorre é uma dupla violência, por serem mulheres negras. Essa realidade atravessa a barreira do tempo e se apresenta nitidamente no cotidiano das relações sociais contemporâneas, sob explícita influência da articulação entre patriarcado e racismo, como sistemas que invadem todos os espectros da vida social e determinam a vida das pessoas.

Historicamente, a reprodução das desigualdades sociais, raciais e de gênero ocorrem atreladas a ideologias conservadoras, que persistem no confronto a diversidade humana e sexual. Seguindo essa linha de raciocínio, os autores Julião e Dutra (2020) afirmam que fazemos parte de uma sociedade, a qual possui um histórico de omissão, autoritarismo e negação da diversidade.

A ausência de reconhecimento da diversidade de gênero e sexual implica a consolidação de um padrão comportamental fundado no patriarcado, que pune severamente quem rompe com o modelo heteropatriarcal estabelecido. É possível afirmar a existência dessa estrutura punitiva, que se expressa de forma violenta e que tende a desumanizar a população LGBTQIA+.

A perseguição às pessoas LGBTQIA+ tanto mais se evidencia quanto mais essas pessoas se aproximam de comportamentos definidos socialmente como comportamento feminino. Nessa lógica, pensando no entrelaçamento das questões gênero, raça/etnia e sexualidade, pessoas transgêneros, principalmente mulheres trans, estão na mira direta do sistema heteropatriarcal e do conjunto de violências dele decorrentes. Pensando na perspectiva das determinações que configuram a realidade de mulheres trans, é fundamental analisarmos criticamente as (im)possibilidades de acesso ao mercado de trabalho como uma questão que incide diretamente em suas condições de existência.

3 CONSIDERAÇÕES SOBRE A TRANSGENERIDADE E ALGUNS DESAFIOS ATUAIS

A vivência da heterossexualidade como um padrão rígido e permanente é condição para alcançar a “passabilidade” no cotidiano da vida social, impondo aos homens e mulheres um conjunto de regras comportamentais que não consideram a individualidade e, conseqüentemente, a diversidade humana e sexual como manifestação dessa individualidade.

É de suma importância que saibamos distinguir a identidade de gênero de orientação sexual para que possamos reconhecer as barreiras que se materializam nas discriminações sentidas pelas pessoas trans. Para Louro, 2003 as identidades (sexuais e de gênero) estão profundamente inter-relacionadas; nossa linguagem e nossas práticas muito frequentemente as confundem, mas elas não são a mesma coisa.

Nesse sentido, a identidade sexual corresponde à orientação sexual, isto é, a experiência de cada pessoa em relação à atração afetivo-sexual por pessoas do mesmo gênero (homossexual), do gênero oposto com o qual se identifica (heterossexual), por ambos os gêneros (bissexual), por nenhum dos gêneros (arromântico) e por todas as expressões de gênero (pansexual). Nesse campo, a identidade de gênero vem se configurar como um elemento que afirma a distinção identitária entre travestis e transexuais, de um lado, e gays, lésbicas e bissexuais, de outro (CARVALHO, 2011). O ramo da diversidade sexual e de gênero abarca, assim, as identidades Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais e dentre outras siglas, designadas com o sinal “+” para abraçá-las (LGBT+).

Como já sinalizamos, a comunidade LGBT’s tem sofrido profundamente com as ondas de ataques que atentam contra sua dignidade e, principalmente, contra suas vidas. Contudo, é fundamental considerar que o fator étnico-racial funciona como uma agravante no quadro das opressões sofridas por essa população. O modelo de relação social vivenciado por LGBT’s que não são pretos, pardos ou indígenas são diferentes das relações vivenciadas por àqueles que o são.

No geral, se tratando das pessoas trans e travestis, as consequências das opressões se expressam na curta expectativa de vida, que destoa da estimativa de vida de homens e mulheres cis, mas também no acesso e permanência nos espaços educacionais, bem como nas condições de inserção no mercado de trabalho. Conforme o dossiê, publicado em 2024 pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), no ano de 2023, houve um aumento de 10% no número de assassinatos de travestis e transsexuais se comparado ao ano de 2022.

Nesse quadro, das 155 mortes de pessoas trans no Brasil, 145 foram por homicídios e enquanto 10 mortes foram por suicídio, que tem como causa a reprodução de atos de discriminação transfóbica.

As violências sofridas pela população trans e travesti são decorrentes do heteropatriarcado e ganham contornos ainda mais expressivos quando somados a questão étnico-racial, evidenciando a vigência do racismo como um sistema estrutural e estruturante, que determina os espaços em que os corpos negros, pardos e indígenas estarão presentes. Com base nessa análise, é necessário sinalizar a importância do desenvolvimento de estratégias políticas que se reverberem na prática, visando assegurar o acesso dessa população aos seus direitos básicos, como saúde, educação e trabalho.

Além de políticas de formação de agentes públicos, é necessário pensar a inserção de travestis, mulheres e homens trans na educação e consecutivamente no mercado de trabalho, que é uma problemática que vai muito além da quebra de preconceitos e que dependem não somente da execução de uma política de “conta-gotas”, dentro de um campo tão crucial para essa população (Araújo, 2020, p.7).

O acesso de pessoas trans e travestis ao ambiente escolar também é atravessado por diversos dilemas. É preciso considerar que a educação ainda reflete os processos de exclusão social e encontra-se profundamente vinculado ao pensamento conservador, de modo que o processo de formação de pensamento se desenvolve com base na lógica da “normalidade”, ou seja, quem não se enquadra nos papéis de gênero socialmente impostos sofre a exclusão e o resultado geralmente é a evasão escolar por parte de pessoas transgênero. De acordo com a ANTRA (2020): “(...) sobre a situação educacional das pessoas trans, estima-se que cerca de 70% não concluiu o ensino médio e que apenas 0,02% encontram-se no ensino superior”.

Desvendar os elementos concretos que incidem nas condições de acesso e permanência da população trans no espaço escolar é indispensável para entender o modelo de relação estabelecido entre essa população e o mercado de trabalho. Se na escola, que deveria ser um lugar destinado a educação cidadã, com vistas a ensinar para o exercício do respeito a diversidade, as pessoas trans não conseguem vivenciar sua identidade sem que sejam alvos de confrontos e perseguições cotidianas, dificilmente conseguirão se preparar para a inserção no trabalho formal.

(...) a escola tenta, pelos mais diversos meios pedagógicos, criar meninos masculinos e meninas femininas. Portanto, o ensino escolar participa e é um dos principais

instrumentos de normalização, uma verdadeira tecnologia de criar pessoas “normais”, leia-se, disciplinadas, controladas e compulsoriamente levadas a serem como a sociedade as quer, (sic) Em outras palavras, a escola pune e persegue aqueles e aquelas que escapam ao controle, marca-os como estranhos, “anormais”, indesejáveis (Miskolci, 2015, p. 12).

Esse quadro se conecta diretamente com as condições de acesso e permanência da população trans ao mercado de trabalho. A garantia da subsistência de mulheres trans e travestis passam, em grande medida, pelo viés da prostituição, como alternativa mediante a ausência de políticas públicas voltadas ao reconhecimento das necessidades desse grupo social e para a construção de estratégias que lhes assegurem condições de vida e de trabalho.

A prostituição enquanto atividade não é um problema e deve ser reconhecida como trabalho em um paradigma laboral. O problema é quando ela deixa de ser uma escolha e se torna a única alternativa para a subsistência, como ocorre na realidade de mulheres trans e travestis no Brasil. Nesses casos, a prostituição compulsória condena esses grupos aos limites da informalidade e, fora dessas margens, os direitos são poucos e inacessíveis. O resultado são pessoas excluídas do mercado de trabalho formal, absorvidas desde a infância pela prostituição e, uma vez privadas de qualquer proteção, revestidas de vulnerabilidade e alçadas a uma posição muito favorável para a exploração (Pedro; Domingues, 2021, p. 1-2).

Destacar a responsabilidade do Estado no processo de garantia dos direitos da população trans e travesti é fundamental, sobretudo pelo fortalecimento do fascismo no passado recente da história do Brasil, em vigência desde a consolidação do golpe de 2016 e que culminou no surgimento e no espraiamento do bolsonarismo. A vigência do bolsonarismo, em toda a sua essência repugnante, marca a crescente perseguição e controle dos corpos de mulheres trans e travestis.

A presença cada vez maior de representações políticas conservadoras, vinculadas ao fundamentalismo religioso tem impulsionado os ataques a comunidade LGBTQIA+ e, nesse caso, as mulheres trans e travestis, fomentando uma política trans-excludente, que se concretiza no notório desmonte de direitos já conquistados.

Exemplos são o projeto de decreto legislativo 395, de 18 de maio de 2016, que “susta o Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016, que dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional”, bem como o projeto de decreto legislativo 1.141, de 18 de novembro de 2008, que “susta os efeitos da Portaria nº 457, de 19 de agosto de 2008, do Ministério da Saúde, que institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), as Diretrizes Nacionais para o Processo Transexualizador (Mello; Braz, 2020, p. 170).

Tais ações denunciam os riscos do fundamentalismo religioso como elemento que embasa decisões políticas, pois além de ferir a laicidade do Estado, rompe com a responsabilidade na garantia dos direitos da população trans e travesti. Configura-se como um verdadeiro ataque a cidadania desse público, fomentando a reprodução de processos discriminatórios e marginalizantes.

Com aumento de pessoas em situação de vulnerabilidade social e de miseráveis, a crise econômica, a política e aumento do desemprego, acreditamos que se mantém atual a estimativa de que apenas 4% da população trans feminina se encontra em empregos formais, com possibilidade de promoção e progressão de carreira. Da mesma forma, vemos que apenas 6% estão em atividades informais e subempregos, mantendo-se aquele que é o dado mais preocupante: 90% da população de travestis e mulheres transexuais utilizam a prostituição como fonte primária de renda. No caso de homens trans e pessoas transmasculinas, temos uma dificuldade maior no levantamento de dados, devido à invisibilidade (Benevides; Nogueira, 2021, p. 44-45).

Sob esse viés analítico, é possível perceber, estatisticamente, como se estrutura a vida social e o conjunto de desafios enfrentados pela população trans e travesti no Brasil. Os dados confirmam que a expectativa de vida de qualquer pessoa transgênero no Brasil é de apenas 35 anos de idade e que essa baixa expectativa está relacionada ao cenário de violência sistemática, que se consubstancia na exclusão social. Sem o devido reconhecimento acerca dessa população, a inserção no mercado de trabalho formal também segue reproduzindo essa lógica de exclusão, pois não absorve esse público de maneira considerável, o que contribui com a invisibilidade, com as precárias condições de vida e com o trabalho informal.

3 CONCLUSÃO

Pensar as questões de classe, raça/etnia e gênero articuladas à pesada engrenagem do capitalismo periférico é fundamental para entendermos como se estrutura a vida de uma parcela significativa da sociedade brasileira. O ponto de partida é captar os processos que caracterizam a formação sócio-histórica e econômica do Brasil, situando a formação de classes a partir da dominação e exploração das mulheres, dos negros e da população indígena.

A consolidação dos papéis de gênero, fundada no heteropatriarcado, determinou o modo de agir dos homens e mulheres nessa sociedade, acusando de serem transgressoras todas as pessoas que rompem com o padrão socialmente estabelecido, como é o caso das

pessoas que, de alguma forma, integram a sigla LGBTQIA+. A questão é complexa e se materializa no conjunto de violências contra essa população.

As travestis e transexuais, especialmente, são postas na condição de alvos mais fáceis das discriminações que, na maioria das vezes, resultam em homicídio. Logo, a letra “T” da sigla aparece nas estatísticas como sendo as pessoas com menor expectativa de vida em comparação ao conjunto da sociedade. Importa destacar que essas mortes, quase sempre, de forma brutal, se dão em decorrência da transfobia.

Em linhas gerais, essa população enfrenta inúmeras desafios, à exemplo da dificuldade para a permanecer no ambiente escolar, de não conseguirem acessar os serviços de saúde de modo que a sua identidade de gênero e sexual seja devidamente respeitada, de não ingressarem no mercado de trabalho formal, encontrando na prostituição uma forma de assegurar, minimamente, a sua sobrevivência.

Destacamos a importância de fortalecer o debate das questões de classe, raça/etnia e gênero, bem como construir estratégias políticas de enfrentamento a invisibilidade da população trans e travesti. É preciso reconhecer que assegurar condições de vida para esse público, assim como para o conjunto da sociedade, passa diretamente pela garantia do acesso e permanência no espaço educacional, pela política de saúde, pela segurança pública e pela inserção qualificada no mercado de trabalho formal.

Nesse cenário, marcado por posturas políticas reacionárias, é imprescindível resistirmos. Assim, reafirmamos que mulheres, negros, indígenas e LGBT’s devem ocupar cada vez mais os espaços de poder e representatividade, para evidenciarem suas pautas e direcionarem as lutas coletivas pela construção de uma sociedade igualitária, em que as pessoas possam exercer a sua individualidade de forma segura, pautada no reconhecimento e no respeito a diversidade.

REFERÊNCIAS

Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA). DOSSIÊ – assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2023. Disponível em: <https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2024/01/dossieantra2024-web.pdf>. Acessado em: maio de 2024.

ARAÚJO, Tathiane Aquino. A existência de Pessoas Trans no Brasil e sua vida social ainda negada pela sociedade. Em: REDE TRANS BRASIL. A Exclusão das Identidades e das Existências de Pessoas Trans – da Morte Social à Morte Física – Monitoramento: Assassinatos e Violação de

Direitos Humanos de Pessoas Trans no Brasil, Dossiê, 2019. Brasil, 2020. Disponível em: <http://redetransbrasil.org.br/wp-content/uploads/2020/01/Dossi%C3%AARede-Trans-Brasil-2019-Portugu%C3%AAs.pdf>. Acesso em: 11 mai. 2024.

BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim (Orgs). Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2021/01/dossie-trans-2021-29jan2021.pdf>. Acesso e

BORGES, Juliana. Encarceramento em massa - São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

CARVALHO, M. F. de L. Que mulher é essa?: identidade, política e saúde no movimento de travestis e transexuais. 2011. 147 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde) - Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana Mara Morais dos. **Feminismo, diversidade sexual e serviço social**. vol. 8. São Paulo: Cortez, 2018.

DELPHY, Christine. *L'ennemi principal*. Économie politique du patriarcat. Paris: Éditions Syllepse, 2009a.v. 1.

JULIÃO, Helena Vicentini; DUTRA, Nayara Hakime. Divisão sexual do trabalho: para além do gênero e do patriarcado. *Temporalis*, v. 20, n. 40, p. 201-214, 2020.

LOURO, G. L. A emergência do gênero. In: _____. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 14-36.

MELLO, Luiz; BRAZ, Camilo. Entre o Desmonte e a Resistência: Reflexões críticas sobre Cidadania, Direitos Humanos e Políticas Públicas para a População LBTT no Brasil Contemporâneo. In: FACHINI, Regina; FRANÇA, Isadora Lins (Orgs.). Direitos em disputa: LGBTI+, poder e diferença no Brasil contemporâneo. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2020.

MISKOLCI, Richard. Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças. 2. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Autêntica Editora: UFOP - Universidade Federal de Ouro Preto, 2015.

PEDRA, Caio Benevides; DOMINGUES, Hermano Martins. A negativa de vínculo de emprego na prostituição e seus impactos na população trans. Disponível em: Acesso em: 20 nov. 2022.

SAFFIOTI, Heleieth. O poder do macho. São Paulo: Moderna, 1987.